

OS MAPAS NA HISTÓRIA DA DESCOBERTA DO NOVO MUNDO

MARIA FERNANDA ALEGRIA⁽¹⁾

Os dois países ibéricos estão a partilhar neste fim de século a oportunidade única de relembrares a outros povos que eles foram, há 5 séculos, os iniciadores da descoberta de novos mundos. A partir de então, desvendou-se a Geografia do Planeta e mudou o curso da sua História. Não mais um Velho Mundo fechado sobre si, mas o encontro de civilizações até então desconhecidas.

Cartografía Histórica del Encuentro de dos Mundos é exactamente o título da obra conjunta do Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática do México e do Instituto Geográfico Nacional de Espanha, publicada em 1992. Dois países de continentes diferentes que se servem dos mapas para reconstruírem a história dos seus encontros e desencontros. Esta a primeira característica desta interessante publicação, relativamente invulgar em obras semelhantes. A propósito do título, há que registar que ele se presta a equívocos. Talvez para captar um público vasto, não se especifica que se trata da Nova Espanha, tendo a cartografia de conjunto do continente função de enquadramento.

Começando nos mapas existentes antes da descoberta da América por Cristóvão Colombo, 1º capítulo do livro, passa-se à história cartográfica do descobrimento pelos europeus. O capítulo inicial, que acom-

(1) Professora Auxiliar da Universidade Nova de Lisboa. Departamento de Ciências da Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna 26, 1050 Lisboa Codex. Tel. (351-1) 797 79 10; Fax: (351-1) 797 77 59. Investigadora do Centro de Estudos Geográficos.

panha a progressiva descoberta do Atlântico, reconstitui as antigas representações do mundo. Começando nos gregos, passa às concepções medievais e relembra as primeiras explorações fora do Mediterrâneo. Cuidadosamente ilustrado (mapas 1 a 13), é uma útil síntese sobre as concepções cartográficas anteriores às primeiras descobertas documentadas do Atlântico Ocidental.

No 2º capítulo trata-se essencialmente das ilhas e da costa atlântica do golfo mexicano, primeiro exploradas por Cristóvão Colombo e seus companheiros de viagem, como Juan de la Cosa, os irmãos Pinzón e os irmãos Niño e, a seguir à última viagem de Colombo em 1502, por alguns destes e outros, entre os quais Vespúcio, Sebastián de Ocampo, Diego Velázquez de Cuéllar. As primeiras representações cartográficas do continente, feitas por portugueses e espanhóis, italianos e alemães, ilustram estas 50 páginas (mapas 14 a 38).

O interessante mas complexo contributo da cartografia indígena para o conhecimento e figuração das terras ocupadas pelos europeus é analisado nos capítulos 3 e 4, a que se farão a seguir referências específicas.

No 5º capítulo trata-se do avanço das explorações para o Pacífico, essencialmente conduzidas por Cortez a partir do início da década de 1520, mas também por Pedrarias Dávila, em 1515, por Gil González Dávila e o piloto André Niño, em 1522. Vasco Nuñez de Balboa tinha posto fim à ideia de que as terras descobertas por Colombo formavam parte da Ásia, mas antes da viagem de André Niño não havia dados sobre as costas do Pacífico na América Central. Até à década de 1520 só se representou a costa atlântica. Um dos primeiros mapas a figurar os dois litorais centro-americanos é o de Juan Vespucio, 1526 (mapa 93). As reproduções seguintes deste capítulo, até ao número 109, dão conta das explorações para norte, até à Califórnia, iniciadas em 1532, e para oeste em direcção às Molucas.

No capítulo 6 faz-se um balanço do conhecimento cartográfico da Nova Espanha nos fins do século XVI, tendo em conta a produção de portugueses, maiorquinos, franceses, ingleses e holandeses, cujas peças figuram entre os 120 mapas reproduzidos.

Os capítulos 3 e 4 sobre a produção cartográfica dos povos autóctones da Nova Espanha (mapas 39 a 62 e alguns dos seguintes até ao número 84) constituem uma novidade, pois tratam de temas quase desconhecidos. A perspectiva egocêntrica e unilateral da cultura ocidental

tem desvalorizado formas de expressão diferentes, que continuam obscuras. Se estes capítulos não conseguem dar resposta a certas questões como, por exemplo, esclarecer o efectivo contributo da cartografia indígena para o conhecimento geográfico das terras que os europeus ocuparam, conseguem, pelo menos, ajudar a preservar formas de expressão culturais diferentes, dar a conhecer processos de representação gráfica de outros povos e, mesmo, a entender como estes mapas foram úteis para a delimitação de propriedades e a fixação de tributos, enquanto as explorações europeias não avançaram para o interior, isto é, a partir de 1570.

Em 1530 o Imperador Carlos I pede «pinturas de todo lo ilustrable» (p. 145), isto é mapas, para conhecer a dimensão da terra, limites, povos, edifícios, portos, rios, etc. Alguns anos depois começam os levantamentos, cujos originais se perderam em parte. Deles restam algumas páginas e mapas, os mais abundantes relativos a cidades, aqui cuidadosamente reproduzidos. Uma parte da produção inventariada é anterior à ocupação europeia. Dessas obras registamos apenas algumas das características que nos parecem ter mais significado. Quase todas as cartas, de âmbito regional ou local, têm orientação o que, naturalmente, implica uma concepção prévia do universo. O Sol, quase sempre localizado a oriente (como em muitos mapas europeus dos séculos XV e XVI), parecia ser um elemento chave; os outros rumos podiam estar indicados por mulheres, mortos, desertos, monstros e outras imagens, cada uma com seu simbolismo. O espaço entre rumos servia para contar os dias – espaço e tempo eram inseparáveis. A paisagem era frequentemente representada através de figuras que davam nomes aos acidentes geográficos: cerro do Jaguar, cerro do músico, etc. Pegadas humanas ou de ferraduras indicavam caminhos.

Figuras antropomórficas ou de elementos da natureza, tão presentes nos mapas indígenas, serão assim tão surpreendentes? Recorde-se que só no século XIX eles foram completamente erradicados da cartografia europeia, com a introdução de simbolismos abstractos, de medições e proporções mais ou menos correctas. Existem semelhanças entre as formas de representação de povos dos dois continentes, talvez com uma diferença: a produção indígena consegue ser mais bela e expressiva. O que as distingue é a própria concepção do universo, mas nessa não conseguimos penetrar, ou temos dela uma visão exterior. O enigma da concepção do universo dos habitantes do Novo Mundo é semelhante ao

do período medieval europeu. Num caso e noutro são poucas as imagens que as ilustram. Por isso, mas sobretudo pela dificuldade de penetrarmos em modos de pensar diferentes dos da cultura europeia actual, não conseguimos senão vagas interpretações de outras concepções do Universo e do Planeta Terra.

No estado actual dos conhecimentos sobre a História da Ciência é impossível entender certos aspectos da Cartografia antiga. Um facto que permanece obscuro é explicar a existência de mapas que registam terra firme da América, antes das descobertas de Colombo. A boa qualidade de reprodução dos muitos mapas que ilustram o 1º capítulo e as reflexões que sobre eles são feitas não conseguem mais do que outros livros de História da Cartografia: colocar problemas e propor hipóteses. Não tentar explicar o que ainda é inexplicável, avançar interpretações bem estruturadas e documentadas, é devolver à História da Ciência o seu papel de permanente descoberta, como se faz neste livro.

O 2º e o 5º capítulos permitem ressaltar outras qualidades da obra: a estreita vinculação entre produção cartográfica e condições sociais e políticas, as vantagens do pragmatismo português e espanhol, em oposição à atitude mais teórica e dogmática de italianos e, enfim, apesar desse pragmatismo, a recorrência de mitos e a persistência de certos erros. Alguns exemplos: o Yucatan só é figurado como península em mapas da segunda metade do século XVI; a ideia de que a Califórnia era uma ilha está registada ainda em mapas do século XVIII, como o de Henry Brigg de 1725; a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico pela tão procurada passagem de Anián, registada pela primeira vez por Pierre Desceliers no mapa-múndi de 1550, continua a ser figurada em mapas da segunda metade do século XVI; a mítica ilha das Sete Cidades, que vagueou pelo Atlântico, tem aqui nova expressão – a ilha dá lugar às Sete Cidades de Ouro, belamente representadas no mapa de Joan Martines de c. 1578; enfim, o mito das amazonas, isto é, mulheres guerreiras possuidoras de grandes riquezas, que habitavam uma ilha situada à direita das Índias, muito próximo do Paraíso Terrestre, onde o único metal que existia era o ouro, foi um dos mais difundidos por um livro de cavalaria com grande divulgação, *Las Sergas de Esplandián*.

Sem a crença nestes mitos sobre terras fabulosas, imensas riquezas, ligações ao Paraíso e às fabulosas Índias, ter-se-ia explorado este Novo Mundo? Não teria sido preciso esperar um outro impulso, o científico,

muito mais tardio? Esta uma das perguntas que justamente nos é feita neste curioso livro, que tanto nos relata a História do que se conhece, como nos leva por caminhos inexplorados. Nessa reconstituição não foi esquecido o importante contributo dos cartógrafos holandeses, como Ortelius, Mercator, Jodocus Hondius, Mathias Quad, os Blaeu, em cujas oficinas se imprimiram alguns dos belos mapas aqui reproduzidos.

Julgamos ter despertado o interesse por esta obra, que não nos merece senão alguns reparos. Um deles, de menos monta, diz respeito a algumas gralhas na referência a mapas, que uma edição posterior facilmente corrigirá. A principal objecção tem a ver com a apreciação da produção cartográfica portuguesa. Os 9 mapas reproduzidos (14, 15, 16, 27, 28, 32, 82, 110 e 112) um deles honrosamente na contracapa (mapa 14, Domingos Teixeira, c.1573) não dão provavelmente conta da importância da produção nacional para a exploração do continente americano. Esta situação pode ser explicada porque não foram consultados arquivos portugueses (embora tenham sido feitas pesquisas e reproduções de mapas provenientes do México, Espanha, Grã-Bretanha, França, Itália, Estados Unidos da América, Suécia e Vaticano, existindo nalguns destes importantes espécimes). Mas o número de peças presentes não é o mais importante. O que faltará é uma mais correcta interpretação do papel que lhe coube, o que poderá ser desculpado pela incorrecta definição do âmbito geográfico da obra. Todavia, custa-nos admitir que se diga: «Los portugueses, que tanto tenían en común con España y que compartían tantos recursos humanos con ésta, seguirían siendo propagadores de la cartografía española durante el siglo XVI. Sin embargo, durante este período sólo desempeñarían el papel de intermediarios, sin aportar nada de nuevo relativo a América» (p. 200). As explicações seguintes, sobre o maior pormenor das cartas portuguesas, justificado pelo extravios que a cartografia espanhola sofreu (não verificado na portuguesa?) e uma estranha complementaridade das produções, já que as cartas portuguesas se limitaram a copiar as de Alonso de Santa Cruz, deixam-nos ainda mais perplexos, uma vez que se refere a América e não a América Central ou a Nova Espanha, ou seja, os territórios americanos que Espanha colonizou.

Não será esta incorrecta interpretação fruto da insuficiente investigação e ainda menor divulgação no estrangeiro do que se vai fazendo em Portugal? É urgente apoiar a investigação em História da Carto-

grafia e facilitar o intercâmbio entre investigadores, para que o papel de Portugal no registo do conhecimento do Planeta possa ser melhor reconhecido.